

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 08.10.2022

Texto capturado em: www.mpmg.mp.br Acesso em: 10.10.2022

AVISO CGMP Nº 4, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Confere publicidade ao entendimento do Conselho Superior do Ministério Público sobre o alcance da nova disciplina jurídica da revisão das prorrogações de prazo dos inquéritos civis em que se apura responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 36, I, da Resolução CAPJ n.º 12, de 28 de setembro de 2016 (Regimento Interno CGMP), e

CONSIDERANDO o disposto no art. 23, § 2º, da Lei n.º 14230/2021, que prevê que os inquéritos civis instaurados para apuração do ato de improbidade serão concluídos em 1 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão do Conselho Superior do Ministério Público;

CONSIDERANDO a determinação contida no art. 4º, I e § 1º, da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 3/2009, quanto à necessária delimitação do objeto da investigação, com a indicação precisa e circunstanciada do fato a ser investigado;

CONSIDERANDO o necessário espelhamento da realidade procedimental nos sistemas de registros da atividade institucional, nos termos do art. 6º, I, "b", III e IV, da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 3/2009;

CONSIDERANDO o enunciado 61 do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), segundo o qual “Em obediência ao princípio da irretroatividade das leis positivado no artigo 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro e ao postulado processual ‘tempus regit actum’, contido no artigo 14 do CPC, aplicável subsidiariamente, conta-se o prazo de 365 dias para conclusão de Inquérito Civil Público que verse sobre apuração de ato de improbidade administrativa, previsto no artigo 23, § 2º, da Lei n.º 8429/92, introduzido pela Lei n.º 14230/2021, a partir da data da entrada em vigor desta lei, 26 de outubro de 2021, aplicando-se a sistemática de prorrogação, se necessária, apenas após o decurso de um ano da entrada em vigor da Lei n.º 14230/2021”;

CONSIDERANDO a decisão do Eg. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na sessão de 19/09/2022, no sentido de que o prazo de conclusão dos inquéritos civis em que se apura responsabilidade por ato de improbidade administrativa é impróprio, interpretando possível sua prorrogação, desde que fundamentada e submetida à revisão do órgão colegiado,

AVISA:

As unidades do Ministério Público devem velar para que os inquéritos civis que tenham por objeto a apuração de ato de improbidade administrativa estejam regularmente registrados no SRU com a seleção/habilitação da palavra-chave "Improbidade Administrativa", ou no MPe com a correspondente “área de atuação”.

Os inquéritos civis para apuração de atos de improbidade administrativa devem ser concluídos no prazo de 1 (um) ano; eventuais prorrogações, por igual período e mediante despacho fundamentado nos autos e registro no respectivo sistema, deverão ser submetidas à revisão do Conselho Superior do Ministério Público, na forma estabelecida na Resolução Conjunta PGJ CGMP n. 3/2009 para a matéria, conforme alteração promovida pela Resolução Conjunta PGJ CGMP n. 9/2022.

Fica sem efeito o Aviso CGMP n.º 2, de 9 de junho de 2022.

Belo Horizonte, 7 de outubro de 2022.
MARCO ANTONIO LOPES DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do Ministério Público